



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO TC-16607/15

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. PENSÃO.
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, concede-se registro ao ato de pensão por entendê-lo legal.

ACÓRDÃO AC1-TC 00197/16

01. Origem: Instituto de Previdência do Município de Santa Rita

02. Beneficiário:

José Gomes da Silva Filho

Pensão Vitalícia

03. Servidor falecido:

3.1. Nome: Ednalva Fidelis da Silva

3.2. Cargo: Professora

3.3. Matrícula: 40.510

3.4. Lotação: Secretaria de Educação

04. Caracterização da Pensão:

4.1. Autoridade responsável: Superintendente do IPREV.

4.2. Data da Publicação: Diário Oficial Eletrônico nº 307, de 26 de fevereiro de 2015.

05. Relatório da DIAPG: O Órgão Técnico não detectou inconformidades no processo de pensão, concluindo pela legalidade e recomendando o registro do ato concessório, formalizado pela Portaria Nº. 040/2015, à fl. 43.

06. Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (MPjTC): Oralmente, na presente sessão, opinou pela legalidade do ato concessório de pensão e por conceder-lhe o competente registro.

07. Voto do Relator: Pela regularidade do cálculo efetuado pelo órgão de origem, legalidade do ato concessório e emissão do respectivo registro.

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade do cálculo e legalidade do ato de pensão, à fl. 43, em nome de **José Gomes da Silva Filho**, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa
João Pessoa, 18 de fevereiro de 2016.

Conselheiro **Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**
Presidente e Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público junto ao TCE

Em 18 de Fevereiro de 2016



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

PRESIDENTE E RELATOR



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Bradson Tibério Luna Camelo

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO